

## AMAZÔNIA GENERIFICADA E RACIALIZADA NA PANDEMIA: TRANSBORDANDO O ESTADO BRASILEIRO

Brenda Thainá Cardoso de Castro<sup>1</sup>

Matheus dos Santos da Silveira<sup>2</sup>

### Introdução

Diversos grupos sociais estão enfrentando uma “cronificação” de suas vulnerabilidades com a pandemia de COVID-19, contribuindo para o aumento das desigualdades socioeconômicas em todo o globo. Entre esses grupos, estão populações tradicionais que vivem na floresta amazônica: uma região historicamente atravessada por políticas anti-indígenas e desapropriação de terras, práticas de exploração que seguem padrões coloniais e agora, com a pandemia em curso, um reforço da violência estrutural que cruza a política, relações econômicas, sociais e institucionais da região com o restante do Brasil, bem como com a sociedade internacional (Castro, Lopes e Brondigio, 2020). Este texto visa dar um vislumbre do cruzamento de elementos da realidade amazônica na pandemia. Notamos que a região costuma ser alvo de interesse internacional como um “patrimônio mundial que precisa de

1 Doutora em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFGA). Mestra em Ciência Política (PPGCP/UFGA). Graduada em Relações Internacionais (UNAMA). Docente Adjunta da Universidade da Amazônia (UNAMA) e coordenadora do Grupo de Estudos em Gênero e Relações Internacionais (GENERI/UNAMA).

2 Mestrando em Relações Internacionais (PPGRI/UNILA). Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFGA). Graduado em Relações Internacionais (UNAMA) e em Psicologia (UFGA).

proteção”, mas raramente é vista pelos contextos vividos pela população local e, principalmente, pelos efeitos da dinâmica global na região.

### **A Pandemia na Amazônia: além das consequências biomédicas**

No que diz respeito à gestão da pandemia na região amazônica, é importante interpretar o que vem sendo realizado como parte do fenômeno da negligência – isto é, ação política deliberada realizada para não fornecer recursos de saúde a grupos sociais específicos, com clareza política, econômica, e motivações ideológicas (Nunes, 2019). O descaso é facilmente percebido na Amazônia, por meio da presença de estranhos em missões de evangelismo, junto com atividades econômicas predatórias realizadas por empresas multinacionais. Essas condições contribuíram para a disseminação do vírus, tornando a Amazônia uma das regiões do Brasil mais afetadas pela pandemia do COVID-19, já que a disseminação do vírus para as comunidades locais é associada a um acesso precário aos serviços de saúde.

Para o senso comum, a população ribeirinha que vive em unidades de conservação ou em territórios “isolados” estaria mais segura devido à falta de grandes fluxos de pessoas; uma percepção baseada em sua imagem da Amazônia como um lugar exótico, primitivo, distante e inóspito. Todavia, é fundamental entender que a imagem da região sempre esteve presa entre “edenismo” e “infernismo” (Gondim, 2019) - percebida tanto pela ideia de “terra prometida”, que passou a fazer parte do imaginário moderno/colonial, quanto como um “inferno verde perigoso” que deve ser civilizado; que expõe a colonialidade inerente a esse discurso (Quijano, 2005).

Nesse sentido, o projeto colonial envolveu uma centralização de poder e recursos nas áreas urbanas; assimetria ainda mais extrema quando comparamos, por exemplo, os dados sobre os “desertos” das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) no Brasil (Anjos, Muniz, Fonseca e Oliveira 2020), onde a Amazônia se destaca, revelando as desigualdades regionais. A densidade

populacional relativamente baixa – quando comparada aos padrões europeus da pós-industrialização – contribui para o descaso presente nas políticas para a Amazônia, percebida internamente como uma periferia nacional, um “lugar não humano”. E, mesmo com um suposto “vazio demográfico”, a região ainda não consegue, por exemplo, atender à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1 a 3 leitos hospitalares por 10.000 habitantes.

No que diz respeito às relações de gênero, está o imaginário da floresta amazônica sendo personificada como mulher, e as consequências que isso acarreta tanto nas práticas coletivas, quanto na política local/global. A produção de subjetividade (Deleuze e Guattari, 1997) da Amazônia é atravessada por uma referência duplamente feminina: no aspecto predominante da natureza (Runyan, 1992), e na própria origem do termo “Amazônia”, de relatos escritos por exploradores espanhóis sobre guerreiras que supostamente viviam em sociedades exclusivamente femininas, como as amazonas da mitologia grega.

Esses dois elementos estão presentes na produção da subjetividade da região, de forma generificada e racializada: a Amazônia é representada no imaginário nacional como uma mulher indígena; e essa representação acarreta fetichização, hipersexualização e prosperidade (reprodução/riqueza), mas também uma “selvageria” que é tida como algo a ser subjugado. Objetificação, sexualização, castidade, posse, dominação e prostituição: são todas noções utilizadas para se referir à Amazônia e estão diretamente relacionadas à associação ao “feminino”, como podemos perceber declarações do presidente Jair Bolsonaro (G1, 2019) e de seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (Lemos, 2019). Embora povos indígenas também atribuam à Amazônia e à Natureza uma “feminilidade” (Carta do I Encontro de Mulheres Munduruku do Médio e Alto Tapajós, 2016), o significado é outro: enquanto o projeto nacional brasileiro usa isso para negar autonomia à região e permitir sua subjugação, para alguns povos indígenas, a atribuição de feminilidade é

usada em sinal de respeito, reconhecendo a vida e a autonomia relacionada a ela. O que significa o “feminino” em cada perspectiva é diferente.

No que diz respeito à pandemia da COVID-19, quando o governo brasileiro optou por não cumprir integralmente as diretrizes estabelecidas pela OMS, a presença militar na Amazônia foi intensificada; o que foi justificado pela pretensão de “fazer um trabalho social” (Valente 2020), que incluía as esposas de militares doando roupas e maquiando as mulheres Yanomami. Uma ação que demonstra a imposição de suas próprias referências de gênero. Isso nos permite refletir sobre como as visões racistas sobre os povos indígenas muitas vezes são infantilizadoras e paternalistas e o quão perversa é a forma como essas noções são reproduzidas junto com a presença militar na região; um argumento de “tutela” que encontra eco, por exemplo, nas políticas adotadas durante a ditadura civil-militar.

### **Transbordando o Estado Brasileiro**

No Brasil prevalece, em grande medida, a percepção das comunidades originárias da Amazônia estando diretamente relacionado à nossa história colonial, como “selvagens”, o que está ligado à ideia de “atraso” associada à região; e “vítimas”, sendo visto como “sujeito passivo” na ação política, dependente da generosidade estatal e internacional em prover capacidades para seu bem-estar (Mutua, 2001). Portanto, o Estado e suas estruturas seriam os “salvadores”, provando a região com valores universais que devem ser propagados indistintamente – ideia que poderia ser facilmente alinhada com a mentalidade colonial promovida pelos colonizadores portugueses na região.

Para Lugones (2014), a referência central da modernidade/colonialidade é o homem europeu burguês, o qual seria considerado o ser principal e apto a participar na vida pública e no governo, heterossexual, cristão, branco e racional. É ele quem se tem legitimado nessas estruturas sociais como referência, de modo que parece haver nesses discursos a necessidade de aplicar um projeto para “salvar” alguns grupos de algum tipo de ameaça, e

normalmente, é esse grupo de homens brancos, cisgêneros e adultos o responsável por isso, o que destaca o quanto esses projetos são generificados e racializados.

No entanto, as pessoas que vivem na região são as verdadeiras “vítimas” das práticas de exploração anteriormente mencionadas; vítimas de “selvagens” que têm poder político para permitir a implantação temerária de projetos nacionais e internacionais na região, sem levar em conta os impactos causados em suas vidas. Mas eles também são seus próprios “salvadores”, realizando ações coletivas para garantir que suas necessidades fundamentais sejam atendidas, especialmente durante a crise socioeconômica. O papel da sociedade vai muito além de um mero “repositório de ações” e, na Amazônia, e isso é possível ver na prática.

Esse é um ponto central nesta discussão: as iniciativas de autogestão que se espalham pelo país e, na Amazônia, indicam um “transbordamento do Estado”; transborda porque não se limita ao Estado, vai além de sua presença/ausência. Os grupos sociais traçaram seus próprios caminhos e, embora não se deva “romantizar” a luta pelos direitos humanos básicos, é importante refletir sobre como as discussões estatais sobre a pandemia podem tornar invisíveis uma pluralidade de experiências.

Temos observado a ocorrência de muitos “eventos virtuais” de articulação política dos povos indígenas, liderados por associações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), para reivindicar ou lutar contra certas agendas políticas; mas também, a articulação para a solidariedade (Spezia, 2020). A mobilização pela solidariedade transnacional (FOSPA, 2020) e a produção independente de dados (APIB, 2020) tem sido o que tem conseguido mitigar o impacto da pandemia em um país com fraco desempenho na gestão da crise de saúde em curso.

Nesse sentido, a academia deve potencializar esse ativismo construído pela sociedade civil: advogando contra posturas políticas que representam

ameaças econômicas, sociais e constitucionais à qualidade de vida de muitos grupos sociais. É importante formular uma agenda política concisa para organizar a luta por suas necessidades humanas básicas, dentro de um contexto político orientado por visões de mundo extremamente conservadoras. Em um período da história contemporânea em que novos atores são cada vez mais necessários, o campo das Ciências Humanas e Sociais precisa funcionar desafiando o *status quo* imposto pelas estruturas de poder dominantes.

## Referências

Anjos, A. B.; Muniz, B.; Fonseca, B. & Oliveira, R. (2020). “Em meio à pandemia de coronavírus, Brasil enfrenta ‘desertos’ de UTIs”. *Agência Pública*, Recuperado de: <https://apublica.org/2020/03/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-brasil-enfrenta-desertos-de-utis/>

APIB (2020). *Dados Covid 19*. Recuperado de: [http://emergenciaindigena.apib.info/dados\\_covid19/](http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/)

*Carta do I Encontro de Mulheres Munduruku do Médio e Alto Tapajós*. (2016). Recuperado de: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/38842\\_20161202\\_104451.PDF](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/38842_20161202_104451.PDF)

Castro, F.; Lopes, G. R. & Brondizio, E. S. (2020). The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: from crisis to transformation?. *Ambiente & Sociedade* 23, e0123. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200123vu202013id>

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol 5*. Traduzido por Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo.

FOSPA (2020). *Declaração da Primeira Assembleia Mundial da Amazônia*. Recuperado de: <http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/declaracion-de-la-primera-asamblea-mundial-por-la-amazonia/>

G1. (2019). 'Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer', diz Bolsonaro ao falar sobre Amazônia. *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/06/brasil-e-uma-virgem-que-todo-tarado-de-fora-quer-diz-bolsonaro-ao-falar-sobre-amazonia.ghtml>

Gondim, N. (2019). *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer.

Lemos, Nina. (2019). “Eduardo Bolsonaro: se a Amazônia é uma “mulher”, o relacionamento é abusivo”. *UOL*, Recuperado de: <https://ninalemos.blogosfera.uol.com.br/2019/09/02/eduardo-bolsonaro-se-a-amazonia-e-uma-mulher-o-relacionamento-e-abusivo/>.

Lugones, María. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22 (3): 935-952. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/%25x>

Mutua, M. W. (2001). Savages, Victims, and Saviors: The Metaphor of Human Rights. *Harvard International Law Journal* 42 (1): 201-245.

Nunes, J. (2019). Neglect in Global Health. Em: *Routledge Handbook on the Politics of Global Health*. Richard Parker e Jonathan Garcia (eds.). Nova York: Routledge.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, Edgardo Lander (ed.). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

Runyan, A. S. (1992). The ‘State of Nature: a garden unfit for women and other living things. Em: *Gendered States – Feminist (Re)Visions of International Relations Theory*. V. Spike Peterson (ed.). Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Valente, R. (2020). Mulheres de militares maquam, dão roupas e causam aglomeração de ianomâmis. *UOL*, Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/17/militares-coronavirus-indigenas.htm#:~:text=Uma%20%22a%C3%A7%C3%A3o%20social%22%20feita%20por,aglomera%C3%A7%C3%A3o%20de%20crian%C3%A7as%2C%20sem%20m%C3%A1scaras>

Spezia, A. (2020). Solidariedade partilhada: nas aldeias ou em contexto urbano, indígenas enfrentam muito mais do que o avanço da covid-19 em Rondônia. *CIMI*, Recuperado de: <https://cimi.org.br/2020/08/solidariedade-partilhada-aldeias-contexto-urbano-indigenas-enfrentam-muito-mais-que-avanco-covid-rondonia/>